

Festa eleitoral, na floresta

Categories : [Reportagens](#)

A dois dias do segundo turno e a menos de uma semana para uma reunião internacional sobre mudanças climáticas no Quênia (África), o próprio presidente-candidato Luiz Inácio Lula da Silva divulgou quinta-feira, dia 26, a mais recente estimativa de desmatamento da Amazônia. Segundo uma projeção feita pelo Inpe, entre agosto de 2005 e agosto de 2006, sumiram 13.100 km² de floresta, meio Alagoas.

O cálculo foi baseado na análise de 34 imagens de um total de 220 colhidas pelo Prodes, sistema usado pelo Inpe para monitorar a cobertura vegetal da Amazônia. Ano passado, o governo só divulgou os números do desmatamento para o período de 2004 e 2005 em dezembro, depois de estudar 77 imagens. Gilberto Câmara, diretor do Inpe, reconheceu que a divulgação foi um pouco precipitada. O motivo seria a realização da Convenção do Clima da ONU, marcada para 6 de novembro no Quênia, onde o governo gostaria de anunciar a queda no desmate. No início de 2007 o Inpe deve divulgar os números finais, mas aposta numa variação de apenas 10%, que pode ser tanto para mais quanto para menos.

A taxa divulgada nesta quinta-feira é a segunda menor desde 1991 e representa uma queda de 30% em relação ao desmatamento registrado entre 2004 e 2005, que ficou em 18.790km². Diferentemente dos anos anteriores, o governo não anunciou o quanto cada estado amazônico derrubou de floresta. E também não soube precisar o quanto de mata foi derrubado ilegalmente ou com autorização dos órgãos ambientais.

O que o governo admitiu é que aumentou o índice de desmatamento na região da Ferrovia dos Carajás, entre Pará e Maranhão. Lá, a floresta está virando carvão para abastecer as siderúrgicas do pólo produtor de ferro-gusa – [apesar das ações de fiscalização na região](#). Outras áreas onde os desmatamentos ilegais cresceram foram no norte do Mato Grosso e no centro-sul do Pará, além do extremo leste do Acre. “Mas evitamos a derrubada de um bilhão de árvores e a morte de 40 milhões de aves e de um milhão de primatas”, estimou a ministra do Meio Ambiente.

Marina Silva aproveitou para desfiar as ações do governo que, segundo ela, foram fundamentais para frear o desmate. Ela lembrou a realização de 11 operações de combate à corrupção na Amazônia, a prisão de 380 pessoas entre funcionários do Ibama, de órgãos estaduais, madeireiros

e grileiros, a apreensão de 814 mil m³ de madeira e, ainda, a proteção de quase 20 milhões de hectares de floresta através da criação de parques e reservas federais – que ainda não foram consolidadas . “Seguramos o touro e baixamos sua cabeça. O desafio agora é o desenvolvimento sustentável”, disse.

Para isso, a ministra apostou na [consolidação de três Distritos Florestais](#), onde madeira e outros produtos seriam obtidos com técnicas de manejo, planos de desenvolvimento sustentável como o da BR-163 , e na implementação de unidades de conservação com um total de quase 10 milhões de hectares. Além da entrada em vigor da [Lei de Gestão de Florestas Públicas](#), vista por muitos como uma forma de privatização da floresta.

Outras ferramentas serão dois novos satélites que vigiarão a Amazônia com mais precisão, a partir de 2009. [Os satélites norte-americanos Landsat e Modis, utilizados hoje pelo Inpe para calcular as taxas de desmatamento, deixarão de funcionar em 2007 e 2008, respectivamente](#). Um avião com equipamentos especiais também está sobrevoando a Amazônia e observando a floresta sob as nuvens.

Questionado sobre se a queda no desmate poderia ser atribuída só às ações do governo, Paulo Barreto, pesquisador do Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia), afirmou que a redução foi importante, mas que as causas têm mais a ver com “condições do mercado”. “Por isso não temos garantia de continuidade. Mas a ação do governo deve ter tido algum efeito”, disse.

Segundo ele, até recentemente o governo estava aumentando multas, criando parques e reservas, mas como o mercado estava bom, o desmatamento seguia aumentando. “Agora, a principal diferença é a situação do mercado. Há influência de multas e unidades de conservação, mas é óbvio que o agronegócio foi muito importante nesse contexto”, completou.

Marina Silva não negou a influência da redução dos preços de *commodities* como a soja na queda do desmatamento, mas afirmou que a mesma seria insuficiente para reduzir as taxas de perdas de floresta aos níveis atuais. “Onde as ações (de governo) aconteceram houve pressão sobre a ilegalidade e queda no desmate“, afirmou.

Paulo Adálio, coordenador da campanha Amazônia do Greenpeace, disse que a estimativa de desmatamento anunciada hoje tende a impressionar, mas foi sucinto: “A notícia é boa e seguramente reflete medidas do governo, mas não tomarei nenhuma champagne”, disse.

Para o ambientalista, 13.100 km² ainda é uma área significativa de floresta perdida, rica em biodiversidade e com papel fundamental na regulação do clima global. “A média (de desmate) do governo Lula ainda é muito alta, só poderemos celebrar quando os fatores que levam ao desmatamento forem controlados. O agronegócio ainda é a base da balança econômica nacional”, ressaltou.

Falou grosso

Lula, que pouco ou nada fala sobre meio ambiente em seus embates televisivos com o candidato tucano, aproveitou o anúncio para rebater os boatos de internacionalização da Amazônia, [ressuscitados por polêmica recente com o governo britânico](#). Segundo ele, “alguns países desenvolvidos” têm poucos conselhos a dar ao Brasil em termos de conservação, pois teriam aprendido a preservar só depois de desmatar seus territórios. “E muitos acordos internacionais voltados à proteção do meio ambiente e à redução da poluição não são implementadas por serem incompatíveis com a vontade ou com a ganância do crescimento econômico que querem alguns países”, disse.

Segundo o presidente-candidato, com o desmatamento em queda na Amazônia, o Brasil prova que é possível desenvolver e ao mesmo tempo preservar a região. “Devemos afirmar definitivamente que a Amazônia é brasileira, que o domínio soberano do nosso território é inquestionável. Quem quiser conhecer ou explorar a Amazônia tem que pedir licença para o Brasil. Não abriremos mão da Amazônia”. São Tomé, que tinha que ver pra crer, deverá passar em Brasília em 2007.

* Aldem Bourscheit é jornalista e trabalha como freelancer em Brasília.